

## **África: entre a crise e a esperança**

ADELINO TORRES

Professor catedrático. ISEG.

As dificuldades que o continente africano conhece desde os anos 80 do século passado, onde os fracassos resultantes de políticas económicas erradas tanto quanto do nepotismo, somaram-se a catástrofes naturais, frequentes guerras civis fratricidas e conflitos fronteiriços ou inter-Estados, contribuindo fortemente para dar da África uma imagem fortemente negativa, uma espécie de "estereotipo do fracasso". A tal ponto que alguém terá dito que se o continente desaparecesse esse acontecimento em nada afectaria o resto do mundo.

A opinião publica mundial parece agir como se já não valesse a pena pensar sequer num continente considerado "perdido", profundamente endividado, dependente da ajuda internacional, mergulhado em confrontos militares e étnicos, a braços com a mortífera epidemia da sida que está a dizimar milhões de seres humanos e ameaça exterminar muitos outros milhões nos próximos anos se nada for feito entretanto. Dos 34 milhões de pessoas infectadas pela sida no mundo, 25 milhões vivem em África...

Esse axioma determinista ignora a complexidade de uma situação onde as dinâmicas positivas não são tidas em conta, porque vendo apenas os factores negativos, se esquecem igualmente as potencialidades africanas, a juventude do continente e a comprovada capacidade de adaptação das suas populações. Aliás, contrariamente à noção de uma África pretensamente uniforme e homogénea, há múltiplas Áfricas, não apenas no plano geográfico mas igualmente nos aspectos político, cultural e económico, com dinâmicas próprias contrariando à visão estática de uma África que se “afunda”, ideia que, numa perspectiva de longo prazo, é manifestamente redutora.

É certo que os indicadores confirmam por enquanto as tremendas dificuldades que o continente defronta, a começar pela sua marginalização na economia mundial. Nos últimos 40 anos, a África, longe de recuperar o seu atraso em relação aos países desenvolvidos, como se esperava na década posterior às independências, viu este acentuar-se de maneira alarmante.

Em 1970 o rendimento médio dos africanos representava 14% do dos países mais desenvolvidos. Hoje essa percentagem não vai além de 7%, testemunhando, entre outros, a fraca produtividade da agricultura que ocupa metade da população activa mas que é responsável por apenas um terço do PNB.

Do mesmo modo, a parte da indústria no PIB africano diminuiu, o que significa uma desindustrialização em benefício do crescimento de serviços pouco produtivos (função pública, por exemplo).

Dos 53 países africanos, apenas 12 dispõem de uma estrutura industrial mais ou menos diversificada mas subutilizada (a trabalhar entre 30 e 50% da capacidade instalada), extremamente dependente dos inputs importados, das competências e do financiamento estrangeiro. A brutal abertura das economias, sob a pressão das políticas neoliberais impostas pelas instituições financeiras internacionais (1 PI), como o FMI, por exemplo, no seguimento da crise da dívida externa, apenas acentuou ainda mais o processo de desindustrialização do continente. Relembra-se que, se em 1970 a Malásia exportava três vezes mais do que o Quênia, em 1990 já exportava 52 vezes mais...

Acrescente-se que na esmagadora maioria dos países africanos um ou dois produtos primários (raramente três) asseguram o essencial das exportações. Desde logo a economia africana é particularmente vulnerável à conjuntura externa, tanto mais que o crescimento económico dos países africanos está ligado às flutuações das cotações mundiais dos produtos de base sobre as quais a África não tem praticamente nenhuma influência, incluindo os bens na produção dos quais o continente usufrui, em princípio, de uma posição dominante. O que fez dizer a um autor que se as matérias-primas são importantes para a África, a África não é importante para as matérias-primas.

Tanto em relação aos países desenvolvidos como aos próprios países em desenvolvimento (PED) a África tem vindo a perder na competição económica global. O seu peso no mercado mundial ficou reduzido a metade entre 1970 (5% do comércio mundial) e 2002 (2,5%), apesar de, no plano demográfico, representar hoje 12,5% da população mundial com perspectivas de duplicar até 2025.

Esta situação económica também não favorece o investimento directo estrangeiro (IDE) no continente: apenas 2% do IDE mundial se dirige para África, com a agravante se de concentrar em poucos países como a África do Sul e algumas regiões petrolíferas.

É verdade que a África beneficia de disposições favoráveis que lhe facilitam o acesso ao mercado europeu (caso dos antigos acordos de Lomé e agora de Cotonou), e de medidas destinadas a aliviar o peso da sua dívida externa, como é o caso da diminuição dos encargos do serviço da dívida, serviço que correspondia a 20% das exportações do continente em 1997 e que atinge hoje "apenas" 16%. Mas a dívida externa total continua a representar 60% do PNB dos Estados africanos (30% no conjunto dos PED), o que equivale a duas vezes e meia o montante das receitas de exportação de bens e serviços.

Note-se, de passagem, o facto algo paradoxal de que se essa dívida constitui um peso propriamente esmagador para a África, para o sistema financeiro internacional ela é praticamente insignificante. Por assim dizer, se por hipótese essa dívida não fosse paga o sistema mundial não seria afectado. Esse facto permite pensar que, **no plano técnico, os países ricos poderiam sem dificuldade anular a dívida africana.**

É certo que a questão está longe de ser apenas um problema técnico. Pelo menos nas circunstâncias actuais, de pouco valeria anular a dívida se, ao mesmo tempo, os países africanos não tomassem medidas estruturais (a começar pelas políticas) que lhes evitassem reiniciar um ciclo de novo endividamento; e se, por outro lado, os países industrializados e as IFI não reconsiderassem certos dogmas característicos da teologia de mercado que, aliás, também não são alheios aos

desaires económicos africanos. Comprovam-no os resultados negativos da quase totalidade dos chamados "planos de ajustamento estrutural", como bem observou Joseph Stiglitz.

Entretanto, a ajuda internacional assegura 8,5% do PNB dos países menos avançados (PMA). Há Estados africanos que só sobrevivem graças à ajuda, como é o caso de Moçambique onde esta representa dois terços do PNB.

Apesar da sua presente necessidade, a ajuda continua a diminuir, obedecendo sobretudo hoje em dia, na opinião autorizada de Sylvie Brunei, a considerações estratégicas, geopolíticas e comerciais.

A iniciativa dos chefes de Estado africanos ao lançar o NEPAD ("Novo Partenariado para o Desenvolvimento de África") procura sensibilizar e mobilizar a comunidade internacional. Resta saber se os pressupostos neoliberais que caracterizam o espírito do NEPAD são suficientes para promover as transformações indispensáveis em todos os planos. Parece-nos algo duvidoso pelo menos por duas razões:

Em primeiro lugar porque, no quadro da Organização Mundial do Comércio, os países ricos substituíram as subvenções às exportações agrícolas (sector particularmente sensível para os países africanos) por ajudas directas aos rendimentos dos seus agricultores, o que vai dar ao mesmo resultado, já que qualquer dessas políticas baixa artificialmente os preços mundiais dos produtos agrícolas com os quais os países africanos não podem evidentemente competir.

Em segundo lugar existe um profundo desnível entre o discurso de vitimização dos líderes africanos e as políticas que estes costumam praticar no interior dos seus próprios territórios (sacrifício do mundo rural, desprezo pelo interesse geral da sociedade, corrupção, violência contra as minorias, etc).

## FACTORES DE ESPERANÇA

Não obstante, há factores de esperança a que é necessário atender.

A África subsaariana (ASS) parece começar a entrar agora na segunda fase da transição demográfica (queda da natalidade), embora o índice sintético de fecundidade (número de nascimentos por mulher) ainda seja muito superior ao da África do Norte muçulmana.

Por outro lado, certos países como os Camarões e o Senegal apresentam já alguma diversificação económica, em particular nos sectores agroalimentar e têxtil.

Por sua vez a Ilha Maurícia e o Botswana "descolaram", constituindo um exemplo para os restantes países africanos.

De uma maneira geral, há indicadores socioeconómicos apesar de tudo mais favoráveis do que há 45 anos o que indica que nem tudo é tão catastrófico como as imagens televisivas mostram por vezes. Assim, a chamada "economia informal" permite a muitos africanos viver melhor do que as estatísticas deixam antever. Sylvie Brunel<sup>1</sup> observa mesmo que as estatísticas oficiais apenas contemplam cerca de 30% da realidade africana, o que faz pensar que esta é, em determinados aspectos, menos dramática do que a ideia veiculada pelos estereótipos usuais, excessivamente generalizados ao continente inteiro e a todos os grupos sociais. Aliás, a iniciativa da sociedade civil - independente da acção do Estado ou mesmo contra ele - revela-se um factor de sobrevivência essencial e fonte de criatividade autónoma, mesmo se os resultados implicam falta de cobrança de impostos e, desde logo, menores receitas para o Estado.

As reservas de petróleo vão dar à ASS uma crescente importância estratégica, sobretudo se a situação da Arábia Saudita se alterar, como alguns prevêem.

---

<sup>1</sup> Sylvie Brunel, L'Afrique, Paris 2004.

A agricultura, mesmo se os rendimentos não aumentaram, permitiu, apesar de tudo, recorrendo à extensão das superfícies cultivadas, suportar (em média) até aqui o enorme crescimento demográfico. A situação pode melhorar se a estabilidade política regressar a muitos países.

Também a adaptação aos imperativos da mundialização não deixa de ser notável, contrariamente à ideia de uma ASS irremediavelmente arcaica. Na verdade, os meios de comunicação mais modernos são visíveis em todo o continente, incluindo em zonas rurais, mesmo se a África ainda está longe das médias mundiais na Internet, telemóveis e outros sistemas da "terceira revolução industrial". Por exemplo, o número de ligações à Internet aumentou 123% em 2001 e o número de utilizadores de telemóveis passou de dois milhões em 1998 para 28 milhões em 2001. Crê-se que a existência de um satélite africano irá favorecer um crescimento exponencial nos próximos anos, nestes e noutros sectores.

Se se proceder a uma análise baseada exclusivamente na observação dos circuitos legais e na evolução dos investimentos estrangeiros, tudo leva a pensar que a ASS está afastada da integração mundial. Porém essa análise esquece que a economia informal e a sociedade civil mantêm com a economia mundial um entrosamento muito maior do que as deficientes estatísticas oficiais revelam. Essa interpenetração faz-se à margem dos governos, graças à extrema porosidade das fronteiras e à tradicional mobilidade das populações. Este conceito de "mobilidade" é central para a compreensão da realidade africana, o que demasiadas vezes é esquecido.

Enfim, **as desigualdades de rendimento são efectivamente enormes**, mas também aqui a sociedade civil dispõe de mecanismos de redistribuição que atenuam de alguma forma essas dificuldades, através da solidariedade étnica, da ligação ainda estreita, por essa via, entre aldeias rurais e centros urbanos, da constituição de cooperativas de iniciativa popular ("tontines") que se substituem aos bancos e à acção governamental, etc.

Em resumo, é possível dizer que a palavra que melhor define a situação africana não é "falência" mas sim "crise". E seja qual for a sua gravidade (que é de facto

inquietante) há todavia uma diferença profunda entre os dois conceitos, o que nem sempre se reconhece.

Acresce que apesar das consideráveis potencialidades de que a África dispõe - entre as quais a juventude dos seus recursos humanos não é a menor - estas não puderam ser devidamente exploradas até aqui. Mas, dadas as apreciáveis capacidades de adaptação demonstradas através de tantas vicissitudes, é mais do que provável que dentro de uma ou duas gerações muitos dos problemas que hoje nos parecem insolúveis estejam ultrapassados se, evidentemente, o processo de democratização se consolidar por toda a parte, como é do interesse africano tanto quanto dos países ocidentais...

Em todo o caso é desde já indispensável substituir a imagem distorcida e injusta de um dito "continente perdido" pela visão mais realista de uma África vista "em reserva de desenvolvimento".

Desde o dia 11 de Setembro de 2001 parecem surgir janelas de oportunidade devido ao novo interesse das potências ocidentais em assegurar fontes de abastecimento em matérias-primas, nomeadamente petróleo. Devido ao terrorismo, o Médio-Oriente é cada vez menos seguro e mais imprevisível.

A ASS pode tirar da nova situação vantagens evidentes se os dirigentes africanos forem capazes de utilizar esse trunfo. Se isso acontecer, a ASS poderá conhecer mais rapidamente do que se pensa mudanças importantes já na próxima década.

Não apenas em termos de "crescimento", mas na via de um "desenvolvimento" tal como o analisou Amartya Sen, que consiste simplesmente em dar às pessoas e às sociedades os meios de construir destinos dignos das suas aspirações<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Vd. Amartya Sen, *Development as Freedom*, 1999. Vd. igualmente Daniel Cohen, *La mondialisation et ses ennemis*, Paris 2004.